ISSN: 2358-8829

IMIGRANTES BRASILEIROS, PRECONCEITO E XENOFOBIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DAS CIDADES DO PORTO E LISBOA EM PORTUGAL[1].

Maria Manuela Alves Maia[2]

INTRODUÇÃO

O Brasil, desde o século XIX, é considerado um país receptor de imigrantes. Entretanto, no contexto atual da globalização, compreendido por meio das chamadas "migrações contemporâneas", o país tem sido desafiado a refletir e a repensar suas políticas e sua legislação migratória, confrontando-as com as de outras nações e buscando novas formas de lidar com as questões relativas às migrações e aos emigrantes/imigrantes. Atualmente, o fluxo migratório entre Brasil e Portugal constitui um dos mais significativos entre os dois países.

A explicação para esse crescimento da emigração brasileira e da imigração em Portugal geralmente é atribuída a condições estruturais e conjunturais resultantes de um processo histórico consolidado, caracterizado pelas chamadas ondas migratórias. Nessa perspectiva, autores apontam que, na atual quarta onda migratória, observa-se o fluxo mais numeroso e diversificado da história recente, marcado por uma ampla variedade de sujeitos em mobilidade. São famílias, jovens qualificados, estudantes, empreendedores e aposentados. Por conseguinte, essa diversidade migratória fundamenta-se em diferentes motivações, que envolvem aspectos econômicos, sociais, culturais e afetivos.

Paralelamente, observa-se, no contexto português, profundas transformações no sistema migratório. Portugal, historicamente caracterizado como um país de emigração, passou a apresentar a imigração como um elemento estrutural de sua realidade demográfica. Essa mudança tem sido interpretada a partir da noção de transição migratória, que permite compreender o caso português como um processo de reconfiguração estrutural, no qual a imigração deixa de assumir um caráter episódico e passa a constituir uma dimensão permanente da dinâmica populacional e da inserção do país nos sistemas migratórios internacionais.

Nesse sentido, esta pesquisa utiliza a metodologia da História Oral para a construção de seu corpus documental. A investigação explora um aspecto que aqui denominamos de "relações sensíveis", formadas a partir da dinâmica cotidiana das interações e dos encontros interculturais. Parte-se do pressuposto de que, ao serem convidados a

[1] Pesquisa de Pós Doutoramento - Universidade de Coimbra/ Universidade Estadual de Feira de Santana. sob a supervisão do prof. Dr Brian Dr. Brian Gordon Lutalo Kibuuka

[2] Pós-doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); doutorado em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)Pesquisa de Pós Doutoramento - Universidade de Coimbra (em andamento)..

ISSN: 2358-8829

rememorar experiências relacionadas à emigração e à imigração, os colaboradores[3] produzem narrativas carregadas de emoção e de significados sobre o que representa "ser imigrante" ou possuir uma identidade migrante.

Nessa perspectiva, a pesquisa buscou compreender desde as motivações que levaram à mudança de país até as expectativas construídas pelos imigrantes em relação às suas experiências cotidianas. Tais experiências envolvem a relação com as instituições portuguesas e, particularmente, com o sistema educacional, foco central deste artigo

2- Portugal: Democratização e Abertura Política

A história da emigração e da imigração em Portugal, especialmente após a Revolução dos Cravos (1974) e o subsequente processo de democratização, envolve questões complexas que podem ser compreendidas a partir de diferentes abordagens teóricas e historiográficas. Para os propósitos deste artigo, que busca refletir sobre os processos de interação cultural, interessa destacar que os movimentos migratórios para Portugal se intensificaram significativamente após a adesão do país à Comunidade Econômica Europeia, em 1º de janeiro de 1986.

A entrada de Portugal na então Comunidade Econômica Europeia, posteriormente transformada na União Europeia (UE), representou um marco importante nas transformações sociais, econômicas e políticas do país. Nesse contexto, as migrações passaram a ocupar posição central nas agendas governamentais, deixando de ser uma questão exclusivamente nacional para se tornarem objeto de regulamentação supranacional.

Com a consolidação da integração europeia, desenvolveram-se gradualmente políticas migratórias mais estruturadas, articuladas à implementação de regulamentos e diretrizes comunitárias, especialmente por meio dos chamados "pacotes europeus de migração e asilo". Dessa forma, o fenômeno migratório passou a ser influenciado por fatores estruturais relacionados à integração regional, à internacionalização dos mercados de trabalho e à consolidação de redes migratórias transnacionais.

Nesse cenário, Portugal deixou de ser caracterizado apenas como um país de emigração para assumir também a condição de país receptor de imigrantes. Tal transformação tem sido interpretada por diversos estudos a partir da noção de transição migratória, entendida como um processo de reconfiguração estrutural no qual a imigração deixa de possuir caráter episódico e passa a constituir uma dimensão permanente da dinâmica demográfica e da inserção do país nos sistemas migratórios internacionais.

A legislação migratória portuguesa também passou por sucessivas atualizações. Segundo os imigrantes entrevistados nesta pesquisa, as alterações mais recentes produziram mudanças significativas em suas experiências cotidianas, gerando desafios tanto para os próprios imigrantes quanto para as relações estabelecidas com a sociedade portuguesa.

[3] Colaborador é um termo usado por Meihy (1996) para mostrar que a história oral enquanto metodologia, deve estabelecer entre sujeito e objeto uma relação de comprometimento e partilha da autoria da pesquisa(Op.cit.,p.28).

ISSN: 2358-8829

Entre os aspectos considerados positivos pelos entrevistados, destacam-se a maior mobilidade entre vínculos empregatícios, a simplificação de determinados procedimentos administrativos e a definição mais clara de prazos para análise dos processos migratórios. Além disso, as reformas buscaram modernizar a legislação relacionada à residência, ao afastamento e à proteção internacional, adequando-a às diretrizes estabelecidas pelo novo Pacto Europeu sobre Migração e Asilo.

Por outro lado, os trabalhadores que dependem diretamente da venda de sua força de trabalho enfrentam desafios importantes. Entre eles, destacam-se o aumento da fiscalização documental, a necessidade de cumprimento rigoroso dos requisitos de permanência, o risco de perda do direito de residência em situações prolongadas de irregularidade e as exigências mais rigorosas para comprovação de vínculos familiares e de integração social.

Do ponto de vista prático, os trabalhadores menos qualificados, com vínculos laborais instáveis ou dependentes de sucessivas renovações dos títulos de residência tendem a ser os mais vulneráveis aos impactos negativos das novas regras. Em contrapartida, aqueles que possuem contratos formais de trabalho, contribuições regulares para a seguridade social e documentação organizada tendem a beneficiar-se da maior previsibilidade e estabilidade proporcionadas pelo sistema migratório português.

3-O Sistema Escolar Português

O Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI) de Portugal divulgou, em 2026, dados referentes ao ano letivo de 2024/2025 que indicam a presença de 178.133 estudantes estrangeiros matriculados no sistema educacional português. Desses, 88.159 são brasileiros, representando aproximadamente 49,5% do total de alunos estrangeiros.

O sistema educacional português está organizado em diferentes níveis de ensino. A educação pré-escolar atende crianças entre três e cinco anos de idade. O ensino básico, obrigatório, corresponde à faixa etária dos seis aos quinze anos. O ensino secundário abrange, em geral, jovens entre quinze e dezoito anos e exige a escolha de uma área de formação específica, como Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconômicas, Línguas e Humanidades ou Artes Visuais. A carga horária semanal varia entre 25 e 30 horas, conforme o nível de ensino e a área de formação escolhida. O ensino superior está dividido entre universidades e institutos politécnicos, sendo o ingresso normalmente realizado uma vez por ano, no mês de setembro. Nesse contexto, o desempenho acadêmico global do estudante assume relevância significativa na sua futura inserção profissional.

Esses dados fornecem elementos importantes para compreender as narrativas dos imigrantes entrevistados. Antes mesmo da chegada ao país, as famílias brasileiras precisam familiarizar-se com a estrutura e a linguagem próprias do sistema educacional português, cujas diferenças em relação ao modelo brasileiro são consideráveis.

Entre os aspectos mais relevantes destaca-se a adaptação ao calendário escolar europeu, diferente daquele adotado no Brasil. Além disso, muitos entrevistados percebem o sistema português como mais estruturado e previsível, especialmente devido à maior articulação entre a formação acadêmica e os percursos técnico-profissionais, o que tende

a favorecer escolhas educacionais e profissionais futuras. A carga horária também é geralmente superior à observada nas escolas brasileiras, enquanto diversos indicadores apontam para uma melhor qualidade média do ensino público português.

Entretanto, as experiências relatadas pelos imigrantes demonstram que a avaliação do sistema escolar não se limita aos aspectos institucionais ou pedagógicos. Questões relacionadas ao acolhimento, à integração cultural, às relações sociais e ao enfrentamento de situações de preconceito também influenciam significativamente a forma como as famílias percebem a escola portuguesa.

Nesse sentido, embora a estrutura educacional portuguesa possa, em um primeiro momento, parecer semelhante à brasileira, a experiência cotidiana dos estudantes e de suas famílias revela diferenças importantes que ultrapassam a organização formal do sistema e alcançam aspectos ligados à socialização, ao pertencimento e à construção de identidades em contexto migratório.

4- Migrações Familiares, Educação e Segurança

No contexto da imigração brasileira, a família não constitui apenas um elemento associado ao fenômeno migratório, mas um componente central para sua compreensão. Os processos migratórios tendem a reorganizar vínculos familiares, promover novas formas de cuidado e desafiar concepções tradicionais de família. Segundo o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o afeto passou a ser reconhecido como elemento constitutivo tanto das relações conjugais quanto dos vínculos de filiação. Dessa forma, família e migração devem ser analisadas de maneira articulada, considerando simultaneamente aspectos afetivos, econômicos, culturais e jurídicos.

Entre os imigrantes brasileiros que colaboraram com esta pesquisa, a migração familiar aparece fortemente associada à busca por segurança, qualidade de vida e oportunidades futuras para os filhos. Entre as diferentes configurações familiares entrevistadas, destacam-se as trajetórias de Sérgio e Patrícia, de Ana Paula e Marcos, de Eduardo e Luciana, bem como as experiências de Gabrielly e Amanda. Embora apresentem histórias distintas, todas essas famílias compartilham o desejo de construir condições de vida consideradas mais seguras e promissoras do que aquelas experimentadas no Brasil.

A narrativa de Sérgio evidencia essa motivação. Nascido e criado no Rio de Janeiro, ele relata ter vivenciado experiências traumáticas relacionadas à violência urbana quando atuava como proprietário de uma rede de lojas de informática e, posteriormente, como taxista. Os sucessivos episódios de assaltos produziram impactos psicológicos significativos, levando-o a um estado de profundo desgaste emocional e à necessidade de buscar novos horizontes para si e para sua família. A migração para Portugal surge, assim, como uma estratégia de proteção e de construção de um futuro mais seguro para os filhos.

Motivações semelhantes aparecem nos relatos de Eduardo e Luciana. Para o casal, a preocupação com a segurança e a qualidade de vida foi um dos fatores centrais na decisão de emigrar. Contudo, suas narrativas também revelam as dificuldades inerentes ao processo de adaptação, especialmente no que se refere à inserção social e cultural dos filhos em um novo contexto nacional.

ISSN: 2358-8829

A trajetória de Ana Paula e Marcos apresenta características semelhantes. Moradores da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, começaram a considerar a mudança para Portugal em 2015. A decisão consolidou-se após enfrentarem um grave problema de saúde em 2016, somado à percepção crescente de insegurança na cidade. Apesar de possuírem carreiras consolidadas no Brasil, Ana como dentista vinculada ao Exército Brasileiro, com especializações profissionais, e Marcos como engenheiro civil, o casal decidiu vender seus bens e reconstruir a vida em outro país.

Ao chegarem a Portugal, em setembro de 2017, já possuíam moradia temporária e haviam providenciado a matrícula dos filhos na escola. Entretanto, o processo de inserção profissional revelou-se mais difícil do que o esperado. Ana encontrou obstáculos para validar sua formação acadêmica, enfrentando exigências adicionais de qualificação e um mercado de trabalho considerado saturado em sua área de atuação. Essa situação ilustra como a migração, mesmo quando planejada, pode envolver perdas profissionais e redefinições de trajetórias pessoais.

As experiências dessas famílias demonstram que a migração familiar não pode ser interpretada exclusivamente como um deslocamento geográfico. Trata-se de um processo que envolve projetos de vida, expectativas e renúncias. Se, por um lado, a mudança oferece perspectivas de segurança, mobilidade e acesso a novos recursos, por outro impõe desafios relacionados à adaptação cultural, à reconfiguração dos vínculos sociais e à reconstrução das identidades familiares em contexto migratório.

Além disso, as narrativas revelam que a busca por melhores condições de vida para os filhos constitui um dos elementos mais recorrentes entre os entrevistados. A escola, nesse sentido, ocupa papel central, pois representa não apenas um espaço de aprendizagem, mas também um importante ambiente de socialização, pertencimento e integração à sociedade portuguesa. Entretanto, como será discutido nas seções seguintes, a inserção escolar nem sempre ocorre de forma harmoniosa, sendo frequentemente atravessada por experiências de preconceito, discriminação e xenofobia.

5- Língua e Socialização

A adaptação escolar dos filhos dos imigrantes constitui uma dimensão central da experiência migratória, uma vez que a escola representa um dos principais espaços de integração social, cultural e linguística. Os relatos dos entrevistados revelam que esse processo nem sempre ocorre de forma linear, sendo marcado por desafios relacionados às diferenças linguísticas, às formas de sociabilidade e às expectativas construídas em torno da vida escolar em Portugal.

No caso de Ana Paula e Marcos, a inserção dos filhos no sistema educacional português apresentou dificuldades desde os primeiros meses após a chegada ao país. O filho mais velho foi inicialmente matriculado em uma escola vinculada ao Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), destinado a contextos educacionais considerados mais vulneráveis. Segundo o relato dos pais, essa experiência foi marcada por situações que geraram desconforto e dificuldades de adaptação, levando a família a optar posteriormente pela transferência para uma instituição privada.

Em contraste, o filho mais novo teve uma experiência bastante positiva na escola pública que frequentava, demonstrando satisfação com o ambiente escolar e com as relações estabelecidas naquele espaço. A mudança para a escola privada ocorreu posteriormente por razões práticas e familiares, permitindo que os irmãos permanecessem na mesma instituição de ensino. Atualmente, ambos estudam em uma escola católica próxima à residência da família, aspecto apontado pelos pais como um fator que contribui para a qualidade de vida e para a organização da rotina familiar.

De modo geral, os entrevistados destacam que a comunicação constitui um dos principais desafios à integração na sociedade portuguesa. Embora Brasil e Portugal compartilhem a mesma língua oficial, as diferenças de pronúncia, vocabulário, expressões idiomáticas e referências culturais geram situações de estranhamento, especialmente entre crianças e adolescentes recém-chegados. Tais diferenças revelam que a língua não deve ser compreendida apenas como instrumento de comunicação, mas também como marcador cultural e identitário.

O relato de Eduardo e Luciana exemplifica essa dinâmica. Segundo os pais, o filho mais velho passou gradualmente a incorporar traços do sotaque português e expressões características do português europeu, especialmente em ambientes de interação social e em jogos on-line. Tal processo demonstra a capacidade de adaptação linguística das crianças migrantes, mas também evidencia os mecanismos de negociação identitária que acompanham a inserção em uma nova realidade cultural.

Entretanto, as maiores dificuldades relatadas pela família não estavam relacionadas propriamente ao idioma, mas às diferenças nos padrões de sociabilidade entre brasileiros e portugueses. Os entrevistados observaram que, em Portugal, é menos frequente que crianças e adolescentes visitem espontaneamente a casa dos colegas ou passem longos períodos convivendo em ambientes familiares, prática considerada comum em suas experiências no Brasil. Essa diferença foi percebida pelos filhos como uma perda significativa das formas de convivência e amizade às quais estavam habituados.

Nesse contexto, a presença de outros brasileiros desempenha um papel importante na construção de redes de apoio e pertencimento. Os filhos do casal mantêm amizades com jovens brasileiros residentes em Portugal, o que contribui para diminuir o sentimento de isolamento e facilita os processos de adaptação social. Ainda assim, o filho mais velho manifesta frequentemente sentimentos de saudade em relação ao Brasil, especialmente da vida cotidiana em Paraty e das experiências ligadas ao convívio familiar e à praia.

As narrativas analisadas revelam que a experiência migratória produz efeitos distintos entre adultos e crianças. Enquanto os pais tendem a valorizar aspectos relacionados à segurança, à estabilidade e às oportunidades futuras, os filhos frequentemente percebem de forma mais intensa as perdas associadas ao afastamento de familiares, amigos e referências culturais. Dessa forma, a adaptação não se limita à inserção formal em instituições escolares, mas envolve processos complexos de reconstrução de vínculos afetivos e identitários.

Observa-se, ainda, que as vantagens frequentemente associadas ao projeto migratório, como maior segurança pública, liberdade de circulação, acesso a serviços de qualidade e

oportunidades educacionais, coexistem com custos emocionais e sociais significativos. Entre esses custos estão a saudade, o sentimento de não pertencimento e as experiências de discriminação que, em muitos casos, passam a integrar o cotidiano das famílias brasileiras em Portugal. Esses aspectos constituem importantes elementos para compreender as experiências de xenofobia discutidas na seção seguinte.

6-Xenofobia e Estereótipos

Segundo os dicionários da língua portuguesa, o termo xenofobia tem origem no grego e refere-se à aversão, rejeição ou hostilidade direcionada a estrangeiros ou àquilo que é percebido como estranho ou externo a determinado grupo social. Tal fenômeno não se limita a atitudes individuais de intolerância, mas pode também constituir um mecanismo de produção e reprodução de desigualdades sociais, culturais e políticas. Como observam diversos autores, a partir da valorização exclusiva da cultura nacional podem ser construídos sentimentos de superioridade que favorecem a emergência da xenofobia, do racismo e de outras formas de discriminação voltadas à exclusão daqueles considerados diferentes.

Nessa perspectiva, a xenofobia pode ser compreendida como uma tecnologia de poder que se manifesta por meio de relações de dominação, hierarquização e desumanização. Trata-se de um processo no qual determinados grupos são posicionados como inferiores ou indesejáveis, sofrendo diferentes formas de marginalização social. Tal dinâmica reproduz uma lógica de distinção entre "nós" e "eles", entre aqueles considerados pertencentes ao grupo e aqueles percebidos como estrangeiros ou alheios à comunidade.

Essa dicotomia, amplamente discutida pela Antropologia desde os estudos clássicos de Bronislaw Malinowski (1978), permanece como um importante mecanismo de produção da alteridade. Por meio dela, o "outro" é frequentemente representado a partir de estereótipos e estigmas que justificam sua exclusão ou inferiorização. Em muitos contextos, o estrangeiro passa a ser percebido como uma ameaça à identidade nacional, à segurança coletiva ou à coesão social, obscurecendo o reconhecimento da diversidade cultural, linguística, religiosa e étnica existente nas sociedades contemporâneas.

Embora a xenofobia não seja um fenômeno homogêneo, seus efeitos tendem a atingir de maneira particularmente intensa os sujeitos em situação de mobilidade. Tais experiências são atravessadas por diferentes marcadores sociais da diferença, como classe social, raça, gênero, nacionalidade, religião e território de origem. Dessa forma, os impactos da discriminação variam conforme as posições ocupadas pelos indivíduos nas estruturas sociais e pelos significados atribuídos aos seus pertencimentos identitários.

Os depoimentos coletados durante a pesquisa revelam como essas formas de discriminação se manifestam concretamente na experiência migratória dos brasileiros em Portugal. Ao descrever o que significa ser imigrante, Amanda associa imediatamente essa condição ao sofrimento produzido pelas experiências de preconceito e xenofobia. Segundo sua narrativa, o trabalho ocupa lugar central nessa vivência, uma vez que muitos imigrantes percebem que seu esforço e suas competências são constantemente questionados ou desvalorizados. Em suas palavras, ser imigrante significa conviver com

situações em que os brasileiros são tratados como trabalhadores inferiores ou considerados menos capazes do que os nacionais.

A relevância desse testemunho torna-se ainda mais significativa quando se observa que Amanda reside em Portugal há mais de duas décadas, possui filhos e netos portugueses e construiu sua trajetória de vida no país. Ainda assim, sua narrativa expressa a persistência de sentimentos de não pertencimento e de exclusão social. O sofrimento relatado não se restringe às dificuldades econômicas ou laborais, mas refere-se também à dimensão simbólica do reconhecimento social. Trata-se da sensação constante de ser observada, julgada e percebida como estrangeira, independentemente do tempo de residência ou dos vínculos estabelecidos com a sociedade local.

Em seu depoimento, Amanda enfatiza que essa experiência ultrapassa sua trajetória pessoal e alcança muitos outros imigrantes brasileiros. Ela descreve uma realidade marcada por trabalhos extenuantes, dificuldades para acumular patrimônio e limitações nas possibilidades de ascensão social. Mais do que isso, destaca a ausência de reconhecimento e de perspectivas de realização, produzindo o sentimento de viver em um espaço social onde as conquistas parecem permanentemente adiadas.

Os relatos também evidenciam a percepção de uma hierarquia simbólica na qual os portugueses ocupam uma posição de superioridade em relação aos imigrantes brasileiros. Essa representação aparece em situações cotidianas de trabalho e convivência social, contribuindo para a reprodução de estigmas e para o fortalecimento de relações assimétricas de poder.

No ambiente escolar, essas dinâmicas assumem formas particularmente preocupantes. Um caso amplamente divulgado envolveu o estudante brasileiro José Lucas, de nove anos, que sofreu uma agressão grave em uma escola portuguesa. Para além da gravidade do episódio, o caso tornou-se emblemático por suscitar debates sobre a segurança, o preconceito e a proteção de estudantes migrantes no contexto escolar.

As narrativas dos entrevistados indicam que situações de discriminação envolvendo estudantes brasileiros não constituem episódios isolados. Em muitos casos, agressões verbais, insultos ou práticas de exclusão são relativizados como simples conflitos infantis ou tratados como comportamentos comuns entre crianças. Tal naturalização tende a invisibilizar experiências de violência simbólica e dificulta o reconhecimento institucional dos impactos produzidos sobre os alunos e suas famílias.

O relato de Gabrielly ilustra esse processo. Durante seu último ano escolar, ela participou de uma atividade em que foi apresentado um livro cuja única personagem brasileira era retratada de forma estereotipada e sexualizada. Embora uma professora tenha reconhecido o caráter preconceituoso da representação e pedido desculpas à turma, diversos colegas justificaram a situação em nome da liberdade de expressão. Para Gabrielly, essa reação demonstrou como determinados estereótipos sobre os brasileiros permanecem socialmente legitimados e pouco questionados.

As experiências relatadas pelos colaboradores demonstram que a xenofobia não se manifesta apenas em episódios explícitos de hostilidade. Ela também opera por meio de representações sociais, discursos cotidianos e estereótipos historicamente construídos.

Nesse sentido, compreender as experiências dos imigrantes brasileiros em Portugal exige analisar não apenas os processos migratórios, mas também as relações de poder e os imaginários sociais que moldam a produção da diferença e do pertencimento nas sociedades contemporâneas.

7- Colonialismo, Discriminação e Preconceito

Além das experiências de xenofobia relatadas pelos colaboradores, as entrevistas também evidenciam situações associadas ao racismo e à discriminação no ambiente escolar. Tais narrativas demonstram que a condição de estudante brasileiro em Portugal não pode ser analisada apenas a partir da nacionalidade, mas deve ser compreendida em articulação com questões históricas relacionadas ao colonialismo, à produção das diferenças culturais e às hierarquias raciais presentes nas sociedades contemporâneas.

Amanda relata um caso de discriminação envolvendo uma estudante brasileira na escola frequentada por sua filha. Segundo a entrevistada, uma professora criticou a apresentação de um trabalho escolar por ter sido realizada em português do Brasil, tratando a variedade linguística da aluna como inadequada. Embora o episódio esteja relacionado à linguagem, ele revela mecanismos mais amplos de exclusão e desvalorização cultural que afetam estudantes migrantes no contexto educacional português.

Nesse sentido, a xenofobia no ambiente escolar manifesta-se por meio de atitudes, práticas e discursos que produzem diferenciações entre estudantes nacionais e estrangeiros. Essas práticas podem assumir formas explícitas, como insultos e exclusão social, ou formas mais sutis, expressas em expectativas reduzidas de desempenho, questionamentos sobre competências linguísticas e acadêmicas ou dificuldades de reconhecimento das identidades culturais dos alunos migrantes.

A presença de estudantes brasileiros nas escolas portuguesas é evidência que a xenofobia dirigida a esse grupo frequentemente se articula a processos de racialização da nacionalidade. Tal fenômeno pode ser compreendido à luz da teoria da colonialidade do poder desenvolvida por Aníbal Quijano (2005), segundo a qual as relações históricas estabelecidas durante o período colonial continuam influenciando as formas contemporâneas de produção das desigualdades. Nessa perspectiva, Portugal tende a ocupar simbolicamente a posição de referência cultural e civilizatória, enquanto o Brasil é frequentemente representado a partir de imagens associadas à periferia, ao atraso ou à inferioridade cultural.

Essa hierarquização manifesta-se no cotidiano escolar por meio da forma como determinados corpos, sotaques, práticas culturais e trajetórias sociais são percebidos e classificados. Especialmente quando associados a marcadores raciais, estudantes brasileiros podem ser posicionados como sujeitos menos legítimos ou menos próximos do ideal europeu de pertencimento. Tais experiências dialogam com as reflexões de Frantz Fanon, que analisa o modo pelo qual o olhar dominante transforma determinados grupos em símbolos permanentes da diferença.

A língua constitui um dos principais instrumentos desse processo. Embora brasileiros e portugueses compartilhem o mesmo idioma, o português falado no Brasil é frequentemente objeto de avaliações hierarquizantes que o associam à informalidade ou

à incorreção. Nessas circunstâncias, diferenças linguísticas tornam-se mecanismos de distinção social e cultural. Como observa Grada Kilomba (2019), determinadas vozes são historicamente autorizadas a representar a norma, enquanto outras são frequentemente interrompidas, infantilizadas ou deslegitimadas.

No ambiente educacional, tais práticas podem produzir consequências importantes para o desempenho acadêmico e para o sentimento de pertencimento dos estudantes migrantes. Quando determinadas identidades culturais são constantemente questionadas ou inferiorizadas, a escola deixa de funcionar plenamente como espaço de acolhimento e passa a reproduzir desigualdades já existentes na sociedade.

Essa discussão pode ser aprofundada por meio das contribuições de Achille Mbembe, (2016) especialmente quando o autor analisa os mecanismos institucionais que definem quais grupos receberão proteção, reconhecimento e investimento social. Embora a realidade escolar não possa ser reduzida a tais formulações teóricas, elas ajudam a compreender de que maneira determinadas populações migrantes podem encontrar maiores obstáculos para acessar oportunidades educacionais, reconhecimento simbólico e mobilidade social.

Considerações Finais

As narrativas reunidas nesta pesquisa revelam que estudantes brasileiros são, por vezes, associados a imagens estereotipadas que os apresentam como menos preparados, menos disciplinados ou culturalmente inferiores. Expressões aparentemente banais, como a ideia de que brasileiros seriam "sem estrutura" ou "coitadinhos", produzem classificações sociais que reforçam sentimentos de exclusão e comprometem a construção de relações igualitárias no espaço escolar.

Diante desse cenário, observa-se que a xenofobia dirigida aos brasileiros em Portugal não pode ser compreendida apenas como manifestação isolada de preconceito nacional. Em muitos casos, trata-se de um fenômeno atravessado por relações históricas de poder, heranças coloniais e processos de racialização que continuam influenciando a forma como determinadas identidades são percebidas e classificadas. Assim, as experiências escolares relatadas pelos entrevistados indicam que o enfrentamento da discriminação exige não apenas medidas de inclusão formal, mas também reflexões críticas sobre as memórias coloniais, os estereótipos culturais e as desigualdades que ainda estruturam as relações entre Portugal e Brasil[4].

BIBLIOGRAFIA

FANON, Frantz: Pele Negra, Máscaras Brancas. São Paulo: UBU. 2020.

FREYRE, Gilberto: Uma Cultura Ameaçada: A Luso-Brasileira. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante Brasil, 1942

[4] Este trabalho utilizou a ferramenta ChatGPT, da OpenAI, exclusivamente para revisão gramatical, ortográfica e aprimoramento da clareza textual. A responsabilidade pelo conteúdo, análise e conclusões é integralmente do autor.

FREYRE, Gilberto: Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio 1953. (Coleção documentos Brasileiros N.76) Aventura e Rotina. Rio de Janerio: José Olympio 1953a. (Coleçáo Documentos Brasileiros N.77)

DA SILVA, Joselina. Brasileiras na Europa: raça, gênero e sexualização da nacionalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento. Revista Brasileira de Estudos da Presença, v. 10, n. 3, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e modernidade/racionalidade. Revista Peru Indígena, v. 13, n. 29, 1992.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios. Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

MAIA, M. Manuela A. Imigração e Identidade: Um estudo sobre famílias portuguesas no Rio de Janeiro. SP: Appris, 2023.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEIHY, José C. S. Bom. O manual da história oral. São Paulo: Loyola, 1996. 78p.reud. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 232p

PORTUGAL. Observatório das Migrações (2026), Portugal como país de imigração: transformação recente do sistema migratório, Observatório das Migrações, Lisboa. Colaboraram neste estudo: Monica Isfan, Pedro Góis, Mário Ribeiro, Rita Carrilho e Mariana Rocha. Disponível: https://om.aima.gov.pt/ acesso julho 2026

SANTOS, Aline Lima. Sistema migratório Brasil-Portugal: hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e contrafluxos populacionais no limiar do século XXI. 2016. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo.